

RECURSO ESPECIAL Nº 1.544.651 - SE (2015/0179301-5)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : JOSEMAR VARJAO VALENCA
RECORRENTE : JOSINEIDE ALMEIDA VALENCA
ADVOGADO : SUSANA ARRUDA DE OLIVEIRA - SE000360B
RECORRIDO : EXCLUSIVA IMOBILIARIA LTDA - ME
ADVOGADO : ANTONIO MORTARI - SE000233A

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, fundado no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, interposto por JOSEMAR VARJÃO VALENÇA E OUTRA contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, assim ementado (fl. 227):

"APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C REPARAÇÃO MORAL - PEDIDO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO PREJUDICIAL DE MÉRITO - PRESCRIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL DO CDC - ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA - ARTIGO 205, 3º, IV DO CÓDIGO CIVIL - PRAZO TRIENAL - PRECEDENTES - ACOLHIMENTO - DANO MORAL POR NEGATIVAÇÃO INDEVIDA E MATERIAL POR PAGAMENTO EM DUPLICIDADE - ILEGITIMIDADE DA SEGUNDA DEMANDADA - TÍTULOS EMITIDOS PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL QUE PROCEDEU A NEGATIVAÇÃO - COMPROVANTES DE PAGAMENTOS EM CASA LOTÉRICA DA CEF - ILEGITIMIDADE PASSIVA DA CONSTRUTORA - REFORMA DA SENTENÇA - APELOS CONHECIDOS E PROVIDOS - DECISÃO UNÂNIME."

Nas razões do recurso especial, os recorrentes alegam violação ao art. 205 do Código Civil, ao argumento, entre outros, que, "(...) *Nas ações de cobrança de valores indevidos que devem ser restituídos aos consumidores lesados impõe-se a aplicação do prazo prescricional de 10 anos previsto no artigo 205 do CC, e não o prazo reduzido (03 anos) do artigo 206, § 3º, conforme decisões reiteradas do STJ e TJSE.*". (fl. 240)

Contrarrazões às fls. 265-269.

É o relatório. Decido.

De início, tendo em vista que o recurso especial foi interposto contra acórdão publicado anteriormente à entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil, aplica-se ao

Superior Tribunal de Justiça

caso o Enunciado Administrativo n.º 2 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça."

O recurso em apreço não merece prosperar.

Com efeito, ao apontar violação ao art. 205 do CC, os recorrentes defendem que deve ser aplicado o prazo prescricional geral (decenal), uma vez que não existe norma específica para o caso em questão.

Por sua vez, o TJ-SE, com arrimo no acervo fático-probatório, consignou que, nos caso de repetição de indébito do valor pago a título de comissão de corretagem, o prazo aplicável é o do art. 206, § 3º, IV, do CC (três anos). Confira-se excerto do v. acórdão estadual (fl. 231):

"Colhe-se dos autos que os autores ajuizaram uma ação de repetição de indébito em face da Jotanunes e Exclusiva Imobiliária, pugnando pela devolução do valor pago a título de comissão de corretagem pela compra de imóvel, no valor de R\$ 1.200,00 e devolução da quantia de \$166,02 exigido e pago indevidamente em duplicidade, assim como uma reparação moral.

De início analiso a prejudicial de mérito de prescrição do direito autoral relativo à repetição do indébito em razão da comissão de corretagem.

Vejamos:

(...)

Ocorre que com relação ao valor pago a título de corretagem, se trata na verdade de uma ação de repetição de indébito, o qual não possui disciplina específica no código consumerista. Em sendo assim, impende a aplicação dos prazos discriminados no Código Civil, em seu artigo 206, §3º, IV." (grifou-se)

Sobre o tema, tem-se que a iterativa jurisprudência desta Corte se firmou no sentido da "incidência da prescrição trienal sobre a pretensão de restituição dos valores pagos a título de comissão de corretagem ou de serviço de assistência técnico-imobiliária (SATI), ou atividade congênere (art. 206, § 3º, IV, CC)" (REsp n. 1.551.956/SP, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 6/9/2016). Nessa linha de inteligência, confira-se:

"DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 211 DO STJ E 282 DO STF. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283/STF. REEXAME DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA N. 83 DO STJ. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. REDISCUSSÃO DA LIDE. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. DECISÃO MANTIDA.

(...)

5. A jurisprudência desta Corte se firmou no sentido da "incidência da prescrição trienal sobre a pretensão de restituição dos valores pagos a título de comissão de corretagem ou de serviço de assistência técnico-imobiliária (SATI), ou atividade congênere (art. 206, § 3º, IV, CC)" (REsp n. 1.551.956/SP, Relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 6/9/2016). Incidência da Súmula n. 83/STJ.

(...)

8. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no REsp 1786578/SP, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe 01/07/2019 - grifou-se)

Nessa esteira, estando a decisão recorrida de acordo com a jurisprudência desta Corte, o apelo especial encontra óbice na Súmula n. 83/STJ.

Com essas considerações, conclui-se que o apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator